

# ÍNDICE

## CAPÍTULO I

### O CRÉDITO COMO EXPERIÊNCIA SÓCIO-ECONÔMICA: UM PANORAMA HISTÓRICO

1	Generalidades da fenomenologia creditícia .....	13
2	Evolução do fenômeno creditício na antigüidade.....	15
2.1	<i>O Código de Hamurabi</i> .....	15
2.2	<i>O crédito na Grécia antiga</i> .....	17
2.3	<i>O crédito e a sociedade romana</i> .....	19
3	O crédito no pensamento da igreja católica.....	23
4	O crédito e a Reforma .....	26

## CAPÍTULO II

### SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS E O CRÉDITO AO CONSUMO

1.	Origem e evolução do crédito ao consumo nos EUA .....	32
2.	Aparição do “consumer credit” na Grã-Bretanha.....	36
3.	Visão francesa do crédito ao consumo.....	38
4.	Dimensão brasileira do crédito ao consumidor.....	42
5.	Crédito ao consumidor e o desenvolvimento fenomenologia do superendividamento.....	45

## CAPÍTULO III

### CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO

1.	Tripartição funcional dos contratos .....	49
2.	Contrato e sua evolução tipológica .....	50
3.	Contrato de crédito ao consumidor .....	56
4.	Inadimplemento do contrato de crédito ao consumo .....	60

## CAPÍTULO IV

### INSTITUTOS JURÍDICOS ANÁLOGOS AO SUPERENDIVIDAMENTO

1. Superendividamento e Teoria da Imprevisão .....	66
2. Superendividamento e lesão.....	74
3. Superendividamento e concordata .....	78
4. Superendividamento e recuperação judicial.....	82
5. Superendividamento e insolvência civil.....	86

## CAPÍTULO V

### PRINCÍPIOS INFORMADORES DO SUPERENDIVIDAMENTO

1. Princípio da boa-fé objetiva .....	91
1.1. <i>A boa-fé no direito romano</i> .....	93
1.2. <i>A presença da boa-fé no Código Napoleônico</i> .....	95
1.3. <i>Contornos da boa-fé no BGB alemão</i> .....	96
1.4. <i>Evolução da boa-fé no ordenamento civil brasileiro</i> .....	97
1.5. <i>A boa-fé aplicada como vetor principiológico do superendividamento</i> ....	102
2. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	103
3. Princípio da cooperação .....	111

## CAPÍTULO VI

### CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO DO SUPERENDIVIDAMENTO

1. Natureza jurídica do superendividamento .....	119
2. Pressupostos jurídicos do superendividamento .....	123
2.1. <i>Do suporte negocial para incidência do superendividamento</i> .....	123
2.2. <i>Da forma de arguição do superendividamento</i> .....	125
2.3. <i>Do momento de arguição do superendividamento</i> .....	128
2.4. <i>Da lesão do mínimo vital do consumidor e sua conseqüente reconstrução através da aplicação do instituto do superendividamento</i> .....	128

2.5. <i>Da quebra objetiva da base dos negócios jurídicos celebrados pelo consumidor superendividado</i> .....	134
--	-----

## **CAPÍTULO VII**

### **REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DO SUPER- ENDIVIDAMENTO**

1. O superendividamento na França .....	140
2. O superendividamento na Bélgica .....	145
3. O superendividamento na Finlândia.....	147
4. O superendividamento nos EUA.....	150

## **CAPÍTULO VIII**

### **O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR COMO HIPÓTESE DE REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS DE CRÉDITO**

1. A revisão como direito básico do consumidor: Dicção revisi- sional do art. 6º, V, do CDC .....	153
2. Requisitos para revisão contratual por excessiva onerosida- de superveniente à contratação no CDC.....	155
3. Hipótese de aplicação do superendividamento na revisão judicial do contrato de crédito ao consumo.....	160

<b>CONCLUSÕES</b> .....	163
-------------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	167
---------------------------	-----